



Serviços públicos, direitos trabalhistas e previdência social são direitos conquistados com luta, criados e mantidos com nosso dinheiro! Defendê-los é nossa obrigação!

Para enfrentar os ataques a esses direitos criamos em 15/06/2016 a Frente Estadual em Defesa da Previdência Social, dos Direitos Trabalhistas e Serviços Públicos. Nela cabem todos os lutadores, lutadoras, movimentos, organizações políticas e sociais, do campo e da cidade, que defendem a previdência social pública, direitos trabalhistas, manutenção e ampliação dos serviços e políticas públicas para a população.

Governantes, parlamentares governistas e de direita para favorecerem a previdência privada querem impor idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres, para que só consigam se aposentar no final da vida; desvincular o valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo para achatá-los mais as aposentadorias e pensões; desviar os recursos da Previdência Social para pagar juros da dívida pública e favorecer banqueiros, em detrimento da saúde e vida das pessoas.

Crise, déficit da Previdência a ajuste fiscal. Quem ganha com isso?

A Previdência Social não tem déficit, não dá prejuízo, mesmo com as isenções, desonerações, sonegação e corrupção. Mente quem afirma o contrário!

Previdência, Saúde e Assistência Social formam a SEGURIDADE SOCIAL, que todos os anos tem saldo (superávit).

Superávit da Seguridade Social de 2010 a 2015, conforme dados da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfp):

- 2010 – R\$ 55 bilhões
- 2011 – R\$ 76,1 bilhões
- 2012 – R\$ 83,3 bilhões
- 2013 – R\$ 78,2 bilhões
- 2014 – R\$ 53,9 bilhões
- 2015 – R\$ 23,9 bilhões.

Desde Getúlio Vargas, governos usam o dinheiro da Previdência Social para outros fins e fazem o discurso de que a Previdência vai quebrar se não reduzirem os benefícios e aumentarem o valor da

contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras.

Atualmente querem usar livremente o dinheiro da Previdência Social para alimentar um mega esquema de corrupção denominado Sistema da Dívida. Esse sim, responsável pela quebra dos municípios, dos Estados e do país. O esquema é tão pesado, que a Constituição de 1988 determinou que em 1989 deveria ser realizada a auditoria da dívida e não foi até hoje. Banqueiros, presidentes, deputados e senadores não querem. Falta dinheiro para educação, saúde e demais políticas públicas! Mas, retiram 20% do dinheiro da Seguridade Social e da Educação para pagar os juros dessa dívida, através da DRU (Desvinculação das Receitas da União), criada no Governo FHC em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência. Os deputados aprovaram agora o aumento desse percentual de 20 para 30% e ampliaram para estados e municípios. Se for aprovada pelo senado, governadores e prefeitos vão poder retirar 30% do dinheiro das políticas sociais para pagar dívida pública.

FRENTE ESTADUAL EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DOS DIREITOS TRABALHISTAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Diante da crise, que só atinge a população, pois os banqueiros continuam lucrando, o que fazem os governantes e parlamentares?

O Governo Dilma encaminhou o Projeto de Lei 257/2016, de renegociação da dívida dos Estados, que não resolve o problema da dívida pública.

O objetivo é atacar os direitos dos servidores públicos da União, dos Estados e municípios e penalizar ainda mais a população. Atinge, em cheio, os serviços públicos e políticas sociais. Aumenta a contribuição previdenciária de 11 para 14 por cento, impede aumento de salário (inclusive de aposentados e militares) por 02 anos, proíbe concurso público e contratação dos já aprovados, incentiva demissão voluntária, favorece a terceirização, intensifica as privatizações, reduz e limita benefícios e indenizações e acaba com o aumento real do salário mínimo.

Querem entregar o serviço público para o setor privado, através das Organizações Sociais, e acabar com os direitos sociais mínimos assegurados na Constituição, alterando a lei, para que o negociado prevaleça sobre o legislado.

TEMER ASSUME E O QUE ERA MUITO RUIM FICOU AINDA PIOR!

Governo Temer baixou a Medida Provisória - MP 726/2016, que acaba com o Ministério da Previdência Social, fatia suas ações e órgãos entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o Ministério da Fazenda.

A Previdência Social, maior patrimônio dos trabalhadores e trabalhadoras do país, que paga 37 bilhões mensais para mais de 33 milhões de aposentados e pensionistas foi desmantelada pelo presidente interino, colocando em risco as aposentadorias e pensões.

Encaminhou a Proposta de Emenda Constitucional PEC 241/2016, estabelecendo um teto para a dívida pública, que congela salários, benefícios, recursos da educação, saúde e demais políticas sociais por 20 anos. Isso mesmo! Se for aprovada essa PEC, mesmo que aumente a arrecadação financeira da União, dos Estados e Municípios, os presidentes, governadores e prefeitos não poderão dar aumento de salário e aumentar as verbas das políticas sociais. Só poderão reajustar com base na inflação do ano anterior. Tudo será destinado para pagamento de juros da dívida pública ilegal e ilegítima.

Essas medidas são um golpe fatal sobre as políticas públicas e demonstram o descompromisso dos governantes e parlamentares para com o nosso país e o seu povo. Vale lembrar que o Acordo dos Governadores com o Governo Temer antecipa essas medidas, pois farão parte do contrato de renegociação da dívida, independente de serem aprovadas no congresso ou não.

Conclamamos todos/todas a lutarem em defesa dos direitos da população brasileira e interesses do nosso país.

Em Defesa da Previdência Social Pública e aposentadoria digna!

Não ao Funpresp (Previdência Privada)

Pelo restabelecimento do Ministério da Previdência Social!

Em defesa dos Direitos Trabalhistas e Serviços Públicos! Não à Terceirização e à Privatização! Não às Organizações Sociais (OS)!

Não ao Projeto de Lei 257, à MP 726 e à PEC 241! Construir a Greve Geral para derrotar o ajuste fiscal! Auditoria da Dívida Pública, Já!

RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO FAZENDO PARTE DA FRENTE ESTADUAL EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DOS DIREITOS TRABALHISTAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Associação dos Docentes da UFES (ADUFES), Associação de Moradores do Bairro Consolação (Vitória), Associação de Moradores do Bairro Jardim Laguna (Linhares), Associação de Moradores do Bairro Maracanã (Cariacica), AMUS, Associação de Mulheres Unidas da Serra/ES (AMUS), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Central Sindical e Popular (CSP CONLUTAS), Colônia de Pescadores Z 5 (Vitória), Conselho das Associações de Aposentados Pensionistas e Sindicatos do Estado do Espírito Santo (CAAPESSES), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo (FETAES), Movimento de Mulheres Negras de Colatina Zacimba Gaba, Núcleo Capixaba da Auditoria

Cidadã da Dívida (NC-ACD), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias no Espírito Santo (SINDACS-ES), Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Espírito Santo, Sindicato dos Bancários do Espírito Santo (SINDIBANCÁRIOS-ES), Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social (SINDPREV-ES), Sindicato dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação e Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo (SINDPD-ES), Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Colatina (SISPMC), Sindicato dos Trabalhadores na UFES (SINTUFES), Sindicato Unificado da Orla Portuária (SUPORT-ES), Representantes dos Trabalhadores da Cesan.